

e disponibilizada na respetiva página eletrónica, nos termos do n.º 6 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro.

17 — Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, o presente aviso será publicado na bolsa de emprego público (www.bep.gov.pt), página eletrónica do respetivo serviço e em jornal de expansão nacional, por extrato.

18 — Júri do concurso:

Presidente — Maria Odete Rodrigues da Silva Teixeira, técnica superior.

Vogais efetivos:

Rita Heleno Mendes, técnica superior, que substituirá a presidente nas suas faltas e impedimentos.

Augusto José Marques da Costa, coordenador de departamento.

Vogais suplentes:

Diogo Carrasqueira, técnico superior.

Ángelo Machado Barroso, técnico superior.

19 — Nos termos do despacho conjunto n.º 273/2000, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 77, de 31 de março de 2000, faz-se constar a seguinte menção: Em cumprimento de alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública enquanto entidade empregadora, promove ativamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

18 de dezembro de 2013. — O Presidente do Conselho Diretivo, *Vitor Manuel Roque Martins dos Reis*.

207513888

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DO MAR

Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo

Despacho n.º 581/2014

Nos termos do disposto na alínea *b*) do n.º 1 e do n.º 2 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, torna-se público que foi autorizada a consolidação definitiva da mobilidade interna na categoria de técnico superior, nos termos dos números 2 a 4 do artigo 64.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, na redação dada pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, tendo sido celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com Mara Andreia Martins Lopes Simões, com efeitos a partir de 1 de dezembro de 2013, integrando um posto de trabalho de técnico superior do mapa de pessoal aprovado para 2013, desta Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo, sendo mantida a remuneração base entre a 3.ª e a 4.ª posição remuneratória, da categoria de técnico superior, conforme situação jurídico-funcional existente no organismo de origem.

3 de dezembro de 2013. — A Diretora Regional, *Elizete Jardim*.

207506216

Direção Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo

Despacho n.º 582/2014

Na sequência da publicação do Decreto Regulamentar n.º 39/2012, de 11 de abril, que definiu a natureza, a missão, as atribuições e o tipo de organização interna das Direções Regionais de Agricultura e Pescas e da Portaria n.º 305/2012, de 4 de outubro que determinou a estrutura nuclear das Direções Regionais de Agricultura e Pescas (DRAP) e estabeleceu o número máximo de unidades orgânicas flexíveis e as competências das respetivas unidades orgânicas nucleares, foi autorizada a abertura de procedimento concursal para o cargo de direção intermédia de 1.º grau — Direção de Serviços de Controlo, a que se refere o artigo 3.º da Portaria citada, pelo meu despacho de 27 de dezembro de 2013.

O referido procedimento concursal foi publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 112, de 12 de junho, através do Aviso n.º 7752/2013 e publicitado na bolsa de Emprego Público (BEP), com o código de oferta n.º OE201306/0124.

Nestes termos, considerando que, concluído o procedimento concursal, o júri elaborou a proposta de designação com a indicação das razões por que a escolha recaiu na candidata Maria Teresa Possidónio Santos;

Considerando o perfil, a competência técnica e a aptidão da candidata proposta e que esta possui os requisitos legais para ser provida no cargo, conforme decorre da nota relativa ao currículo académico e profissional, anexa ao presente despacho;

Designo a técnica superior Maria Teresa Possidónio Santos para exercer, em regime de comissão de serviço, pelo período de três anos, renovável por iguais períodos de tempo, o cargo de direção intermédia de 1.º grau — Direção de Serviços de Controlo da Direção Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo.

O procedimento concursal e o presente despacho de designação foram elaborados no estrito cumprimento das normas estabelecidas no n.º 1 do artigo 20.º e nos n.ºs 1 a 3, 6 e 9 a 11 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada pelas Leis n.ºs 51/2005, de 30 de agosto, 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 64/2011, de 22 de dezembro e 68/2013, de 29 de agosto.

A presente designação produz efeitos à data da posse.

19 de dezembro de 2013. — O Diretor Regional, *Francisco Maria Santos Murteira*.

Nota Curricular

Identificação

Nome — Maria Teresa Possidónio Santos

Formação Académica

Pós-Graduação em Administração Pública e Desenvolvimento Regional na Perspetiva das Comunidades Europeias, Universidade de Évora, 1993

Licenciatura em Engenharia Zootécnica, Ramo Científico — Tecnológico, Universidade de Évora, 1991

Formação Profissional

Releva-se da formação profissional:

Curso POC versus SNC, 28 horas, 2013;

Curso Auditoria Interna, 49 horas, 2011;

Curso Controlo in Loco no âmbito do FEADER — PRODER, 15 horas, 2011;

Curso Excel Avançado, 28 horas, 2009;

Curso Utilização da Aplicação de Gestão Documental — Gescor V4, 14 horas, 2008;

Curso Motivação de Equipas, 24 horas, 2006;

Seminário de Alta Direção, 40 horas, 2005;

Curso Economia do Setor Agrícola e Análise de Políticas, 35 horas, 1998;

Curso Técnicos Conselheiros em PAC, 105 horas, 1997;

Curso Métodos e Técnicas de Planeamento Regional, 30 horas, 1995.

Experiência Profissional

2012 — Designada, em 05-10, em regime de substituição, no cargo de Diretora de Serviços de Controlo, por despacho de 18-10, do Diretor Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo;

2007 — Responsável pelo Núcleo de Coordenação AGRIS e Coordenadora do Secretariado Técnico PRODER, da Direção Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo;

2006 — Nomeada, em 13-06, em regime de substituição, por despacho do Diretor Regional de Agricultura do Alentejo, de 22-06, no cargo de Diretora de Serviços de Planeamento e Política Agroalimentar;

2002 — Nomeada, em 11-01, em regime de substituição, por despacho da mesma data de S. Ex.ª o Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, no cargo de Diretora de Serviços de Planeamento e Política Agroalimentar, da Direção Regional de Agricultura do Alentejo (DRAAL);

2001 — Nomeada, em 19-04, em comissão de serviço, por despacho de 22-02, de S. Ex.ª o Ministro da Agricultura do Desenvolvimento Rural e das Pescas, no cargo de Chefe de Divisão de Estudos, da DRAAL;

1999 — Nomeada, em 18-01, em regime de substituição, por despacho da mesma data, do Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural, no cargo de Chefe de Divisão de Estudos, da DRAAL;

De 1992 a 1998 — Exercício de funções técnicas enquanto técnica superior da carreira de Engenheiro, na DRAAL;

De 1979 a 1992 — Exercício de funções administrativas na DRAAL.

207508874

Despacho n.º 583/2014

Na sequência da publicação do Decreto Regulamentar n.º 39/2012, de 11 de abril, que definiu a natureza, a missão, as atribuições e o tipo de organi-

zação interna das Direções Regionais de Agricultura e Pescas e da Portaria n.º 305/2012, de 4 de outubro que determinou a estrutura nuclear das Direções Regionais de Agricultura e Pescas (DRAP) e estabeleceu o número máximo de unidades orgânicas flexíveis e as competências das respetivas unidades orgânicas nucleares, foi autorizada a abertura de procedimento concursal para o cargo de direção intermédia de 1.º grau — Direção de Serviços de Administração, a que se refere o artigo 3.º da Portaria citada, pelo meu despacho de 27 de dezembro de 2013.

O referido procedimento concursal foi publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 112, de 12 de junho, através do Aviso n.º 7751/2013 e publicado na bolsa de Emprego Público (BEP), com o código de oferta n.º OE201306/0123.

Nestes termos, considerando que, concluído o procedimento concursal, o júri elaborou a proposta de designação com a indicação das razões por que a escolha recaiu na candidata Anabela Ferreira dos Santos Apolinário;

Considerando o perfil, a competência técnica e a aptidão da candidata proposta e que esta possui os requisitos legais para ser provida no cargo, conforme decorre da nota relativa ao currículo académico e profissional, anexa ao presente despacho;

Designo a técnica superior Anabela Ferreira dos Santos Apolinário para exercer, em regime de comissão de serviço, pelo período de três anos, renovável por iguais períodos de tempo, o cargo de direção intermédia de 1.º grau — Direção de Serviços de Administração da Direção Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo.

O procedimento concursal e o presente despacho de designação foram elaborados no estrito cumprimento das normas estabelecidas no n.º 1 do artigo 20.º e nos n.ºs 1 a 3, 6 e 9 a 11 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada pelas Leis n.ºs 51/2005, de 30 de agosto, 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 64/2011, de 22 de dezembro e 68/2013, de 29 de agosto.

A presente designação produz efeitos à data da posse.

19 de dezembro de 2013. — O Diretor Regional, *Francisco Maria Santos Murteira*.

Nota Curricular

Identificação

Nome — Anabela Ferreira dos Santos Apolinário

Formação Académica

Pós-graduação em Administração Pública e Desenvolvimento Regional, Universidade de Évora, 1995;

Licenciatura em Direito, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 1986.

Formação Profissional

Releva-se da formação profissional:

Curso de Contratação Pública, 28 horas, 2013;

Curso Gestão de Recursos Humanos na AP, 30 horas, 2012;

Ação de Formação Lei dos Vínculos, Carreiras e Remunerações — uma visão mais atualizada, 14 horas, 2010;

Workshop Interno — Áreas de Recursos Humanos e Financeira, 3 horas, 2010;

Curso A tramitação do Procedimento Concursal, 14 horas, 2009;

Curso Novo Modelo de Gestão de Recursos Humanos na Administração Pública, 18 horas, 2009;

Curso SIADAP 1 — CAF, 18 horas, 2009;

Curso O Novo Código de Contratos Públicos — A Execução dos Contratos, 18 horas, 2009;

Seminário Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas, 7 horas, 2008;

Curso FORGEP — Programa de Formação em Gestão Pública, 180 horas, 2008;

Curso O Novo Contencioso Administrativo, 18 horas, 2006;

Curso Gestão por Objetivos e Avaliação do Desempenho, 21 horas, 2006;

Seminário de Alta Direção, 40 horas, 2005;

Curso O Novo Contencioso Administrativo, 18 horas, 2003;

Ação de formação No Âmbito da Instrução de Processos de Indemnizações da Reforma Agrária, 20 horas, 1999;

Ação de formação Regime Jurídico de Empreitadas de Obras Públicas, 30 horas, 1998;

Curso Contencioso Comunitário, 27 horas, 1994;

Curso Contratos Públicos nas Comunidades Europeias, 27 horas, 1994;

Curso Direito e Economia Agrários na União Europeia, 1993.

Experiência Profissional

2012 — Designada em 05-10, em regime de substituição, no cargo de Diretora de Serviços de Administração, por despacho de 18-10, do Diretor Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo.

2009 — Provida, em 20-05, em regime de comissão de serviço, no cargo de Chefe de Divisão de Gestão de Recursos Humanos, por despacho de 21-04, do Diretor Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo;

2007 — Nomeada em 05-04, em regime de substituição, no cargo de Chefe de Divisão de Gestão de Recursos Humanos e Sistemas de Informação, por despacho da mesma data, do Diretor Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo;

2005 — Provida em 10-01, em regime de comissão de serviço, no cargo de Chefe de Divisão de Gestão e Estruturação Fundiária da Direção Regional de Agricultura do Alentejo, por despacho de 10-01, do Diretor Regional de Agricultura do Alentejo;

2004 — Nomeada em 01-11, em regime de substituição, no cargo de Chefe de Divisão de Gestão e Estruturação Fundiária da Direção Regional de Agricultura do Alentejo, por despacho de 21-09, do Diretor Regional de Agricultura do Alentejo;

2001 — Provida em 01-08, em regime de comissão de serviço, no cargo de Chefe de Divisão de Gestão e Estruturação Fundiária da Direção Regional de Agricultura do Alentejo, por despacho de 13-07, do Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas;

2000 — Nomeada em 16-03, em regime de substituição, no cargo de Chefe de Divisão de Gestão e Estruturação Fundiária da Direção Regional de Agricultura do Alentejo, por despacho de 08-03, do Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas;

1994-1995 — Docente equiparada a Assistente do 1.º triénio, do Instituto Politécnico de Beja — Escola Superior Agrária;

1993 — Posse em 16-11, na categoria de técnica superior de 2.ª classe da carreira de Técnico Superior, do quadro de pessoal da DRAAL;

1992 — Estagiária em 13-03, da carreira de Técnico Superior da DRAAL, mediante contrato administrativo de provimento;

1990 — Contratada a termo certo em 06-02, por despacho de 30-01, do Ministro da Agricultura, Pescas e Alimentação, por 3 anos, com a categoria de técnica superior de 2.ª classe da carreira de Técnico Superior;

1988 — Jurista, em regime liberal, na DRAAL;

1987 — Docente na Escola Secundária de Moura.

207508841

Gabinete de Planeamento e Políticas

Aviso n.º 528/2014

Celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com Maria Teresa da Encarnação Escudeiro

Em cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro e do n.º 3 do artigo 17.º da Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, torna-se público que, na sequência da alteração de posição remuneratória, com efeitos a 1 de janeiro de 2010, foi celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com Maria Teresa da Encarnação Escudeiro, tendo sido colocada na 5.ª posição remuneratória e no nível remuneratório 27 da tabela remuneratória única da carreira de técnico superior.

6 de janeiro de 2014. — O Diretor de Serviços de Administração, Avaliação e Orçamento, *Oswaldo Manuel dos Santos Ferreira*.

207513458

Despacho n.º 584/2014

Alteração da inserção orgânica de unidades flexíveis

A Portaria n.º 169/2012, de 24 de maio, aprovou a estrutura nuclear do Gabinete de Planeamento e Políticas do Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (MAMAOT).

Por sua vez o Despacho n.º 8057/2012, de 12 de junho, criou a estrutura orgânica flexível do Gabinete de Planeamento e Políticas (GPP).

A alteração da Lei Orgânica do XIX Governo Constitucional, operada pelo Decreto-Lei n.º 119/2013, de 21 de agosto, nos termos do qual a missão atribuída ao MAMAOT é agora exercida, por um lado, pelo Ministério da Agricultura e do Mar, e pelo Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, por outro. Esta repartição implicará ainda a adaptação da Lei Orgânica do ex-MAMAOT, e consequentemente a do GPP.

Neste contexto, e face ao processo de elaboração das leis orgânicas do MAM e do MAOTE, o GPP continua a assegurar as atribuições em todas as áreas que lhe haviam sido cometidas nos termos do Decreto-Lei n.º 7/2012, de 17 de janeiro, acrescidas de um esforço de coordenação